

Um passo importante: obter o apoio dos EUA.

JORNAL DA TARDE 24 JUN 1985

O ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, foi escolhido pelo presidente José Sarney como articulador de uma importante etapa da renegociação da dívida externa brasileira. Ele ficou encarregado de obter apoio do governo norte-americano para o plano do Brasil, de levantar mais US\$ 3 bilhões em novos recursos este ano, com bancos internacionais, que permitam fechar o balanço de pagamentos e assegurem ao País um crescimento da ordem de 4%.

O governo decidiu negociar esse novo financiamento com o FMI,

acertando um programa de ajuste da economia, mas acha fundamental ter o apoio dos EUA nesse plano. Por isso, Setúbal deu início a um trabalho diplomático de negociações, que visa a derrubar algumas barreiras ainda existentes no FMI à concessão de novos empréstimos ao Brasil.

Segundo uma fonte com acesso a Sarney, o presidente não está preocupado em fechar um acordo com o FMI a curto prazo. "O importante", diz a fonte, repetindo Sarney, "é fechar um acordo bom, que não comprometa a retomada do

crescimento". Nesse esquema não estaria prevista a utilização das reservas internacionais do Brasil, estimadas em US\$ 8,4 bilhões, que seriam o "cacife" do País, segundo a fonte, para obter boas condições de negociação. De qualquer forma, prevê-se que será necessário "queimar" em torno de US\$ 600 milhões dessas reservas.

Divergências

A equipe econômica do governo discute o momento adequado para pedir "dinheiro novo" aos bancos, havendo atualmente duas posi-

ções divergentes: para a Seplan, o pedido deve ser feito simultaneamente à renegociação plurianual, prevista para depois de fechado o acordo com o FMI; para o Ministério da Fazenda, seria preciso, antes, garantir o reescalonamento da dívida de US\$ 45,3 bilhões.

"O dinheiro terá que vir dos grandes bancos, sobretudo dos dez principais bancos dos EUA", diz outra fonte do Palácio do Planalto, advertindo que o governo não conta para isso com o apoio dos pequenos bancos internacionais. De qualquer forma, o governo parece con-

vencido de que conseguiu avançar no diálogo com seus credores.

Além do programa de ajustamento econômico, as autoridades brasileiras esperam incluir na próxima carta de intenções a necessidade de novos empréstimos. Esse "dinheiro novo" livraria o País de um ajustamento interno mais drástico, compatibilizando o compromisso da Aliança Democrática com o acordo com o FMI.

Até 1982, o Brasil crescia porque obtinha poupança externa em nível equivalente ao déficit público. Esse equilíbrio foi rompido após a

crise deflagrada pelo México. Hoje, a situação é caótica: a poupança externa representará este ano 0,5% do PIB, enquanto o déficit público alcançará 7%.

Houve um crescimento exagerado do Estado, durante o regime militar, como também no final do governo anterior não se conseguiu reduzir as despesas públicas, mesmo sem contar com poupança externa ou interna. A situação agora impõe, de fato, a necessidade de novos empréstimos, ou então de refinanciamento de uma parcela dos juros.